

DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Natureza do trabalho

Os docentes de educação especial exercem as suas funções junto de crianças e jovens do ensino pré-escolar, básico e secundário com necessidades educativas especiais, decorrentes quer de deficiências físicas e sensoriais (auditivas, visuais e motoras), emocionais e intelectuais, quer de dificuldades de aprendizagem e comunicação.

Entre outros objectivos, o seu trabalho visa o desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais das crianças e jovens, a ajuda na aquisição da sua estabilidade emocional, o desenvolvimento das suas possibilidades de comunicação, a redução das limitações provocadas pela deficiência, o apoio na sua inserção familiar, escolar e social, o desenvolvimento da sua autonomia e a preparação de uma formação profissional adequada e consequente integração na vida activa.

A actividade destes docentes pode ser desenvolvida em instituições de educação especial ou em escolas de ensino regular e no âmbito de um grupo heterogéneo de crianças e jovens, abrangendo dificuldades ou incapacidades de grau ligeiro a severo, com necessidades educativas especiais de carácter transitório a prolongado.

Nas instituições de educação especial, estes docentes assumem a responsabilidade de um grupo ou turma, utilizando metodologias adequadas aos interesses, capacidades, motivações e potencialidades das crianças e jovens que apoiam, isto é, numa lógica de uma pedagogia diferenciada. Cabe-lhes, igualmente, a responsabilidade de elaborar, implementar e avaliar os programas educativos de cada um dos alunos (considerando as suas características e potencialidades), funções que exercem no âmbito de uma equipa alargada, constituída, entre outros, por psicólogos, técnicos de serviço social e terapeutas.

Nas escolas do ensino regular, estes docentes têm como função prestar apoio educativo à escola no seu conjunto, ao professor, ao aluno e à família na organização e gestão dos recursos e medidas diferenciadas a introduzir no processo de ensino/aprendizagem. Por esse motivo, estes profissionais são também designados por *docentes de apoio educativo*, de acordo com a nomenclatura utilizada pelo Ministério da Educação.

As funções que os docentes de educação especial podem desempenhar no âmbito dos apoios educativos são as seguintes:

- colaborar, em articulação com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola, na detecção das necessidades educativas especiais dos alunos e na organização e incremento dos apoios educativos adequados;
- identificar e avaliar as características individuais de cada aluno, de modo a participar na elaboração e implementação de planos e programas educativos adequados às suas necessidades específicas;
- contribuir activamente para a diversificação de estratégias e métodos educativos de forma a promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e dos jovens na escola, colaborando com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola na gestão flexível dos currículos e na sua adequação às capacidades e aos interesses dos alunos, bem como às realidades locais;
- colaborar na sensibilização e dinamização da comunidade educativa para o direito que assiste as crianças e jovens com necessidades educativas especiais de frequentar o ensino regular, nomeadamente através da organização de sessões de informação e de reflexão dirigidas aos pais e encarregados de educação sobre as vantagens, para a construção de uma sociedade mais tolerante e solidária, da presença de crianças e jovens com diferentes características no mesmo contexto educativo;
- identificar, em conjunto com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola, os recursos técnicos necessários à criação de condições ambientais e pedagógicas adequadas, tais como adaptações materiais (eliminação de barreiras arquitectónicas, avisos visuais e sonoros, mobiliário adaptado, etc.) e a disponibilização de equipamentos especiais de compensação (livros em *Braille* ou ampliados, material audiovisual, equipamento específico para leitura, escrita e cálculo, auxiliares ópticos ou acústicos, equipamento informático adaptado, etc.), numa perspectiva de fomento da qualidade e da inovação educativa;
- desenvolver metodologias que utilizem a comunicação alternativa e aumentativa direccionadas a crianças e jovens que apresentam graves problemas de comunicação;
- colaborar na identificação de necessidades de formação de outros docentes relacionadas com as necessidades educativas especiais, bem como no

desenvolvimento da articulação de todos os serviços e entidades que intervêm no processo de apoio aos alunos: docentes de outras áreas, pais, órgãos de administração e gestão, serviços de psicologia e orientação, autarquias, profissionais de saúde, serviços de segurança social e emprego, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e organizações não governamentais (ONG), etc.

Dada a natureza das suas funções, o quotidiano destes docentes caracteriza-se pelo contacto frequente com colegas e profissionais de outras áreas, entre eles docentes do ensino regular, terapeutas, psicólogos, assistentes sociais, médicos ou auxiliares de acção educativa, bem como representantes de estruturas e serviços da comunidade (autarquias, serviços de emprego, etc.) ou as próprias famílias dos seus alunos. Devem, por isso, ser capazes de desenvolver boas relações interpessoais, dada a importância do trabalho conjunto para o sucesso do seu trabalho.

É importante que estes docentes possuam a capacidade de orientar a comunidade educativa em geral no sentido de desenvolver expectativas positivas em relação aos alunos com necessidades educativas especiais, assumindo-se como agentes de mudança de mentalidades no desenvolvimento do conceito de educação inclusiva. O facto de os docentes de educação especial lidarem com crianças com desvantagens implica uma exigência ética acrescida no desempenho das suas funções, traduzida na criação efectiva de estratégias de compensação dessas desvantagens, de modo a que a sua intervenção educativa seja promotora de igualdade de oportunidades.

Emprego

No sector público, estes profissionais são colocados nas escolas em regime de destacamento, através de concurso gerido pelas Direcções Regionais de Educação. As candidaturas a destacamento para funções de educação especial têm sido, nos últimos anos, abertas a docentes profissionalizados de outras áreas do ensino, dado serem ainda poucos os docentes com formação específica nesta área. Em situações muito específicas, podem, todavia, desenvolver a sua actividade em creches, no apoio domiciliário, em hospitais ou outras instituições. Podem ainda ser destacados para as equipas de coordenação dos apoios educativos (ECAE), de âmbito concelhio, nas quais lhes compete dar orientação técnico-científica aos colegas que se encontram a trabalhar nas escolas e promover a articulação de todos os intervenientes na educação de alunos com necessidades educativas especiais.

No sector privado, podem trabalhar em estabelecimentos de educação especial, nomeadamente organizações não governamentais (ONG), associações ou instituições particulares de solidariedade social (IPSS), CERCI, colégios e outras instituições onde existam alunos com necessidades educativas especiais.

Dado que, no âmbito de uma política de educação inclusiva, um número cada vez maior de alunos com necessidades educativas especiais frequentam as escolas regulares de ensino, é no sector público que se concentra o maior número destes profissionais. A maioria destes docentes trabalha no litoral do país, com destaque para os grandes centros urbanos, uma vez que é aí que se concentram as instituições públicas, privadas e de solidariedade social que necessitam da sua intervenção.

Formação e Evolução na Carreira

Não existe um curso de formação inicial em Educação Especial. A formação dos docentes de educação especial faz-se em duas fases: numa primeira fase, há que concluir uma licenciatura que habilite para a docência (Educação de Infância, Professor do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Professor do Ensino Secundário). Numa segunda fase, e após cinco anos de serviço docente, deverão candidatar-se a um curso de pós-graduação em Educação Especial, nas suas variantes existentes, definidas em três áreas de intervenção: Deficiência Mental, Deficiência Motora, Multideficiência, Comportamentos de Risco, Autismo; Deficiência Auditiva e Problemas de Comunicação e Linguagem; ou Deficiência Visual – Cegos e Baixa Visão. Estas ofertas formativas são ministradas em estabelecimentos de ensino superior e escolas superiores de educação, dos sectores público e privado.

No entanto, o número de docentes especializados em Educação Especial não cobre, ainda, as necessidades do sistema educativo, pelo que uma grande parte dos docentes que exercem estas funções possui apenas uma formação idêntica aos professores do ensino regular. A oferta formativa é reduzida, pelo que alguma formação vai sendo disponibilizada quer pelas organizações que trabalham no domínio das pessoas com deficiência, quer por alguns Centros de Formação de Professores.

De um modo geral, o acesso ao exercício da profissão e respectiva evolução na carreira processa-se de forma semelhante à dos docentes do ensino regular, com a diferença de que, no sector público, os docentes especializados em educação

especial poderão beneficiar, para efeitos de progressão de carreira, de uma bonificação de um ano de serviço por cada quatro anos lectivos seguidos ou intercalados no exercício destas funções, não podendo esta bonificação exceder três anos.

Condições de Trabalho

A intervenção directa com alunos deve sempre ter por base um trabalho de articulação com os restantes intervenientes no seu processo educativo, podendo ser desenvolvida dentro ou fora da sala de aula e dirigida ao aluno individual ou a pequenos grupos. Quando o trabalho se desenvolve dentro da sala de aula pode ser feito em conjunto com o professor da turma.

A acção destes profissionais junto dos restantes intervenientes na acção educativa das crianças e jovens pode ser desenvolvida dentro e fora do estabelecimento educativo, nomeadamente através de reuniões com famílias e docentes ou com entidades exteriores (centros de saúde, hospitais, municípios, etc.). Em situações específicas, nomeadamente no desenvolvimento de programas de intervenção precoce, a acção destes profissionais pode ser desenvolvida em amas, creches, domicílios, etc.

De um modo geral, os docentes de educação especial beneficiam de flexibilidade de horário, dado que a sua intervenção obriga à articulação com a disponibilidade de outros serviços e profissionais. A carga horária semanal dos que estão integrados no serviço público é de 20 horas de componente lectiva, acrescidas de 15 horas de trabalho não lectivo, ou seja, preparação de aulas e de outras actividades, reuniões, etc. No ensino particular e cooperativo, a carga horária semanal é de 22 horas de actividades lectivas, acrescidas de 3 horas semanais destinadas à preparação de aulas, reuniões de equipa e reuniões com familiares dos alunos (cf. <http://www.fne.pt> e <http://www.fenprof.pt>).

Perspectivas

A crescente integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais nas estruturas regulares de ensino tem vindo a incrementar o aumento do número de docentes colocados nos apoios educativos. Tendo em conta esta realidade, bem como o insuficiente número de docentes especializados, poder-se-á vir a assistir ao aumento do número destes docentes nas escolas, bem como a uma maior oferta de formação especializada para os mesmos.

Por outro lado, o conceito de educação especial parece caminhar no sentido de abarcar outras áreas também relacionadas com necessidades educativas especiais. É o caso, por exemplo, do trabalho directo em hospitais ou centros de saúde (ensino e apoio de alunos que necessitam de internamentos prolongados), da intervenção na área da justiça (casos de delinquência juvenil, que obrigam ao apoio a alunos em estabelecimentos prisionais) ou do apoio a alunos com doenças ou distúrbios que manifestamente afectam o seu percurso escolar (epilepsia, diabetes, hemofilia, anorexia, etc.). A evolução tecnológica poderá, ainda, proporcionar o desenvolvimento de outras modalidades, como o ensino à distância através da *Internet*, a utilizar, por exemplo, com alunos impossibilitados de se deslocarem aos estabelecimentos de ensino.

De uma forma geral, espera-se que a procura destes docentes continue elevada, tendo em conta quer a falta de profissionais especializados, quer a crescente preocupação das sociedades na elaboração de políticas sociais e educativas de combate à exclusão e à marginalização e de promoção da integração social e profissional de todos os indivíduos.

Contactos para Informações Adicionais

Existem várias entidades que podem fornecer informações adicionais sobre esta profissão, nomeadamente:

* **FENPROF – Federação Nacional dos Professores**, R. Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa, Tlf. 213 819 190, C. Electrónico: fenprof@fenprof.pt, Página na *Internet*: <http://www.fenprof.pt>

* **FNE – Federação Nacional dos Sindicatos de Educação**, Escadinhas da Praia, 3 – 2.º Esq.º, 1200-796 Lisboa, Tlf. 213 957 499, Fax 213 954 738, C. Electrónico: fne@mail.telepac.pt, Página na *Internet*: <http://www.fne.pt>

* **FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social**, R. Augusto Macedo, 2-A, 1600-794 LISBOA, Tlf. 217 112 580, Fax 217 112 581, C. Electrónico: fenacerci@fenacerci.pt, Página na *Internet*: <http://www.fenacerci.pt>

* **CIREP – Centro de Informação e Relações Públicas do Ministério da Educação**, Av. 5 de Outubro, 107, 1069-018 Lisboa, Tlf. 217 811 690, Fax 217 978 020, C. Electrónico: cirep@min-edu.pt, Página na *Internet*: <http://www.sg.min-edu.pt/cirep>

* **DGIDC – Direcção-Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular,**
Ministério da Educação, Av. 24 de Julho, 140, 1399-025 Lisboa, Tlf. 213 934
500, Fax 213 934 695, C. Electrónico: dgidc@dgidc.min-edu.pt, Página na *Internet*:
<http://www.deb.min-edu.pt>